



Comissão Nacional de Política Indigenista
Reunião de Trabalho com o Ministro da Justiça
Brasília, 19 de abril de 2011

Reunião de Trabalho

Bancada indígena, indigenista, organizações indígenas e Ministro da Justiça

Brasília, 19 de abril de 2011

RESUMO

PAUTA

- Estratégias para encaminhamento da aprovação do novo Estatuto das Sociedades Indígenas;
- Conselho Nacional de Política Indigenista;
- Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

PARTICIPANTES

- Bancada indígena da CNPI;
- Bancada indigenista, representada pelo CIMI;
- Representantes de organizações indígenas - APIB, COIAB, APOINME, ArpinSudeste, Arpinpan, ArpinSul e Civaja;
- Representantes de governo: Ministério da Justiça, Presidência da República, Funai;
- 6ª Câmara do Ministério Público Federal.

Encaminhamentos aprovados

Estatuto dos povos indígenas

- Será dado prosseguimento ao projeto de lei que já está no Congresso Nacional, o Substitutivo ao PL 2057/91, ao invés de se apresentar um novo projeto via Poder Executivo;
- Será realizada reunião do ministro da Justiça e CNPI com a Casa Civil, como parte do esforço para se obter o consenso dentro do governo quanto ao projeto já em tramitação;
- O ministro da Justiça acompanhará os membros da CNPI em visita ao presidente da Câmara dos Deputados a fim de apresentarem e demonstrarem a importância do Projeto de Lei. Nesta mesma oportunidade vão atuar no sentido de marcar reunião com os líderes dos partidos, tentar identificar as resistências e apoio ao projeto, bem como buscar elementos para negociar os pontos em que não há acordo.



Conselho Nacional de Política Indigenista

- Valem os encaminhamentos aprovados para o Estatuto dos Povos Indígenas. Ou seja, na ocasião em que for realizada reunião com a Casa Civil vão também tratar sobre o Conselho, tendo como objetivo a negociação dos pontos em que há divergência dentro do Governo, se for o caso. Em prosseguimento, vão discutir o tema no Congresso Nacional, em paralelo à discussão do Estatuto.

Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas

- O Ministério da Justiça vai atuar no sentido de que o ministro da Justiça assine o parecer que já foi elaborado pela SAL, e que encaminha a proposta para a Casa Civil.
- À Casa Civil cabe consultar os ministérios envolvidos quanto à aprovação da proposta, harmonizando eventuais divergências;
- O Ministério da Justiça se compromete a atuar com vistas a acelerar as conversas no âmbito do governo, junto à Casa Civil, convidando os órgãos envolvidos para participarem de reunião na qual venham a manifestar suas posições sobre o projeto, ao invés de se manifestarem cada um em um momento separado.
- O Secretário da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, colocou-se à disposição para ajudar a agilizar a questão da aprovação da PNGATI, no que diz respeito à harmonização das posições do governo a respeito desse tema.

Outros encaminhamentos

Atuação da Polícia Federal junto aos povos indígenas

- O ministro da Justiça realizará reunião com a participação da Funai, do Ministério Público Federal, do diretor da Polícia Federal e também da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, Assessoria da Presidência da República, com o objetivo de verificar o que está acontecendo em cada situação e tomar medidas cabíveis contra os abusos que forem detectados.

Plano de fronteiras

- a Funai está trabalhando com a Senasp na elaboração do Plano Nacional de Fronteiras e assim que o plano estiver pronto deverá apresentá-lo à plenária da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.



MEMÓRIA DA REUNIÃO

No dia 19 de abril de 2011, realizou-se a reunião de trabalhado prevista na 16ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista, contando com a presença da bancada indígena e indigenista da CNPI, o Sr. ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso e presidida pelo presidente da Comissão, Márcio Meira. A reunião teve como objetivo discutir a seguinte pauta: Estatuto das Sociedades Indígenas; Conselho Nacional de Política Indigenista e Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

Às 9:30 o ministro da Justiça dirigiu-se aos presentes, saudando a todos e logo em seguida informando sobre a existência de um problema, pois os representantes indígenas estavam em sua maioria atrasados já que a reunião havia sido marcada para ter início às 9:00 horas, e o ministro necessitaria se retirar em razão de ter sido convocado pela presidente da República, com a previsão de retornar após as 11 horas. Após consulta as representantes indígenas que estavam presentes (Marcos Xucuru e Sandro Tuxá, além de Saulo Feitosa - CIMI) que não fizeram objeções, o ministro se despediu, com previsão de retorno após as 11 horas.

Informes

Por volta de 10 horas o presidente Márcio informou aos representantes indígenas recém-chegados sobre o fato ocorrido mais cedo, quanto à necessidade de o ministro se retirar, e que dariam prosseguimento à reunião, avançando na discussão até o seu retorno. Registrou a seguir a presença de representantes das organizações indígenas APIB, COIAB, APOINME, ArpinSudeste, Arpinpan, ArpinSul e Civaja, bem como de técnicos da Funai e representantes do governo federal.

Prosseguindo, informou que, mantendo uma tradição que vem ocorrendo nos últimos anos, será feita a assinatura, pelo ministro, da portaria de delimitação de



algumas terras indígenas: a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, localizada no município de Apiaká, Mato Grosso, com 972 mil hectares de superfície, e vai proteger também povos indígenas em isolamento voluntário, além de indígenas do povo Munduruku e Apiaká. Aproveita, portanto, o início da reunião para registrar a assinatura desse documento.

Assina-se nesse dia também a delimitação da Terra Indígena Guanabara, de ocupação tradicional do povo Kokama, localizada no município de Benjamin Constant - Amazonas, com superfície de 15.600 hectares, e que beneficia a população Kokama. Fica feliz por serem duas terras cujos estudos se iniciaram em sua gestão, desde a formação dos grupos de trabalho até este momento. Além disso, ao chegar o ministro vai assinar as portarias declaratórias da Terra Indígena Piaçaguera, em São Paulo, que vai atender população Guarani Nhandeva; da Terra Indígena Passo Grande de Forquilha, no município de Sananduva e Cacique Doble, que beneficia o povo Kaingang, no Rio Grande do Sul; e, muito importante também para todos, a assinatura da portaria declaratória da Terra Indígena Jatayvari, do povo Guarany Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, município de Ponta Porá, que todos sabem o quanto é necessária, sendo reconhecida mais uma terra no estado. Espera que não ocorra a judicialização dessa terra.

Estatuto dos Povos Indígenas

Iniciando os trabalhos, teve início a discussão sobre o primeiro ponto de pauta – encaminhamentos quanto à estratégia do Ministério da Justiça no que diz respeito ao Estatuto dos Povos Indígenas. A propósito, o presidente fez um breve histórico, afirmando que o projeto de lei que trata do assunto se encontra no Congresso Nacional desde 1991; a CNPI trabalhou arduamente entre 2008 e 2009 para que a Comissão pudesse dar contribuição importante para reformulação e atualização do Estatuto, entregaram a proposta ao Congresso Nacional, com o apoio do Ministério da



Justiça, nas mãos do presidente do Congresso, e até hoje não houve andamento da forma esperada.

O Ministério tem um setor especializado nesse processo – a Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL, e o ministro se manifestou sobre a necessidade de se construir estratégia combinada entre o governo, CNPI, organizações indígenas, no sentido de agilizar a questão. Inclusive, durante sua participação na última reunião da Comissão, o ministro alertou que o Congresso é um espaço de disputas, necessitando a união de pensamento e ação política tanto do governo quanto dos indígenas para que tenham sucesso. Portanto essa reunião tem como um de seus objetivos a proposição de estratégias para que se possa dar andamento a essa questão.

Pedindo a palavra, Jecinaldo Barbosa solicitou questão de ordem, afirmando que na referida reunião teria sido aprovado encaminhamento no sentido de que a pauta sobre a reestruturação da Funai havia ficado para a presente reunião, ao que o presidente explicou que a pauta com o ministro se limitaria aos temas já mencionados, e que este tema reestruturação seria discutido em uma outra oportunidade.

Marcos Apurinã propôs a seguir que discutam também a demarcação e desintrusão das terras indígenas, a judicialização, a criminalização de lideranças indígenas, a atuação da Polícia Federal junto aos povos indígenas, em vista de estarem sendo tratados como bandidos, e também a questão da reestruturação da Funai, afirmando que seria importante discutir esse tema com o ministro da Justiça, mostrando a ele que após dois anos esse assunto continua parado.

Wilton Tuxá reforçou a fala de Marcos Apurinã, afirmando que esteve no extremo sul da Bahia e gostaria de manifestar sua indignação com o descaso com que o governo tem tratado a demarcação das terras indígenas, em especial a terra Tupinambá. A Polícia Federal tem tratado a mobilização indígena pela demarcação como sendo uma atuação terrorista, ao que pergunta que providências o órgão indigenista está tomando a respeito disso. A Polícia Federal tem atuado de forma muito agressiva, os índios estão



abandonados, sem assessoria jurídica. Diante do que questiona como vai ficar essa situação, uma vez que o Estado, que tem obrigação de demarcar as terras, é o mesmo que retira os índios das áreas onde fazem retomadas. Há até casos de índio baleado por um policial federal a paisana, disfarçado, e quem está preso é o índio.

Continuando, Wilton Tuxá afirmou que todos são conhecedores da problemática que há hoje, e é muito sério que fiquem aguardando a assinatura de portarias declaratórias e de demarcação como homenagem aos índios. A situação entre os Pataxó HãHãHãe também é muito séria, perguntando que providências vão ser tomadas, pois a única alternativa que restou aos índios é a retomada, e não mais enfrentam pistoleiros e sim a Polícia Federal, inclusive questionando se a Funai tinha ciência da operação que foi realizada recentemente. Não podem deixar passar a oportunidade de pautar a violência sofrida pelos índios, a criminalização.

Romancil Kretã reforçou as palavras dos demais, citando ainda a questão da saúde e a reestruturação da Funai, afirmando que esta última não partiu dos índios, não houve a participação indígena, não atende o que esperavam e deveriam ter participado desde o início. O principal seria discutir o funcionamento da secretaria de saúde, que não tem previsão para começar; a população carcerária indígena tende a dobrar, pois vão começar a fazer a desintrusão com as próprias mãos, afirmando que a responsabilidade pelas mortes e prisões de índios fica daqui em diante sob a responsabilidade da Funai e dos órgãos responsáveis pela demarcação das terras indígenas.

Deborah Duprat, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, afirmou que a pauta sobre a Polícia Federal é importante, há anos estão conversando com vários ministros, mostrando que essa situação não pode continuar. Afirmando que talvez pudessem construir um diálogo que permitisse uma atuação mais adequada por parte desse órgão.



O presidente falou a seguir, afirmando que certamente o ministro poderá tratar sobre esse assunto relativo à Polícia Federal, no entanto, gostaria de que pudessem entrar na pauta definida pela Comissão, iniciando o debate sobre como poderiam atuar, seja o Ministério da Justiça seja a CNPI, com relação aos Estatuto dos Povos Indígenas. Quanto aos assuntos já levantados, no que tange à Funai, podem discutir com a própria Funai; nos demais pontos podem dar resposta em outro momento sobre o que tem sido encaminhado pelo governo federal.

Maria Augusta Assirati/Ministério da Justiça, afirmou que alguns dos pontos levantados foram tratados na última reunião da CNPI, na reunião da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, tendo as questões ligadas à segurança pública sido pautadas em reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública, O Ministério da Justiça tem papel importante, querem fazer o diálogo e definiram na CNPI que na próxima reunião do Conselho o tema será pautado.

Outro informe que gostaria de dar é que vão formar comissão interministerial para discutir a formação de operadores da segurança pública, o que pode ajudar a construir um paradigma para que atuem à luz dos direitos humanos, direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos. Sobre a população carcerária, estão fazendo discussão interna e é preciso aprofundar o debate – estão colhendo dados e aprovaram na subcomissão encaminhamento de que vão analisar como esses dados estão sendo coletados, de forma a que possam de fato subsidiar as políticas públicas. Há pontos a aprofundar, mas essas questões estão sendo pensadas.

Luis Titiah reforçou as falas que tratam sobre a situação dos índios do Sul da Bahia, bem como sobre a necessidade de discutir a reestruturação da Funai; Capitão Potiguara afirmou que, apesar do tempo transcorrido da cacique Aníbal ainda não houve conclusão sobre o ocorrido; Clovis Marubo destacou a situação preocupante vivenciada no Vale do Javari, ressaltando que a reestruturação agravou os problemas que já viviam, que precisam de uma coordenação específica, vivem em faixa de fronteira e estão



fazendo papel de Funai, colocando suas próprias vidas em risco, diante do que demandam a devolução das coordenações que foram extintas.

O coordenador da Arpin-Sudeste declarou que na presente reunião foi anunciada a demarcação da Terra Indígena Piaçaguera, mas isso não é suficiente para satisfazer a comunidade indígena de São Paulo, pois outros povos enfrentam dificuldades na retomada de suas áreas, a preocupação é também quanto à ampliação das terras do centro-oeste paulista, demandando que se crie comissão junto à Funai na região para que possam providenciar a ampliação dos territórios. Consideram importante também a aprovação do novo Estatuto do Índio e definições sobre o corte de recursos da Funai.

Caboquinho afirmou ainda que também gostaria de repudiar a política indigenista oficial, passando à leitura de uma carta que trata sobre o descaso da Funai com os povos Potiguara e Tabajara, que consideram não estar sendo atendidos pela Coordenação do Ceará, à qual estão jurisdicionados. No documento menciona-se a falta de repasse de recursos, a restrição do uso de materiais como papel, fotocópias, pagamento de diárias, a diminuição dos recursos destinados ao etnodesenvolvimento, reivindicando-se a volta da coordenação e da unidade gestora para a Paraíba.

Interrompendo as falas, o presidente afirmou que há outros inscritos, mas seria preciso colocar questão de ordem, pois há pauta de caráter estratégico, e se avançarem nela muitos dos pontos específicos que têm relação com o tema poderão ser encarados.

O próximo inscrito, Sandro Tuxá, apoiou a fala do presidente, afirmando que a maioria dos “parentes” têm suas reivindicações, mas se forem por aí vão passar o dia inteiro falando, diante do que propõe que se defina uma data específica para tratar desse pontos, pedindo a todos que entendam que essa pauta foi amplamente discutida, no documento da CNPI, na carta da APIB, até porque esses pontos devem estar mais



amadurecidos para quando o ministro retornar. Pede então que possam seguir a programação.

Dourado Tapeba cumprimentou a todos, afirmando que em algum momento foi dito que não há o que comemorar neste dia, mas não concorda, pois devem comemorar a resistência indígena diante de tantas injustiças que existem hoje. Com relação ao Ceará, afirmou que sempre tiveram uma excelente relação com os Potiguara e não será por causa do governo que isso vai mudar. Quanto ao que está acontecendo no Ceará, o problema não se restringe aos Potiguara e sim é afeta a todos; Petrônio fez um excelente trabalho, porém o coordenador atual, Paulo, é muito honesto e transparente, discute tudo o que diz respeito à questão de recursos e outros problemas. Gostaria de frisar esses pontos para não parecer que há uma divisão entre os índios devido à questão de coordenação.

Paulo Maldos/Secretaria da Presidência, destacou a importância dos pontos que foram definidos como pauta, inclusive para que possam avançar nos outros pontos, pois se trata de fortalecer o poder dos povos indígenas diante da sociedade, sem desconsiderar a importância dos outros temas, como a atuação da Polícia Federal. Os outros pontos devem sim ser tratados em um momento específico, e sugere que possam definir uma data para debatê-los, afirmando que seria muito importante que conseguissem avançar na questão do Estatuto e criação do Conselho, considerando que o Congresso está mais favorável. Houve encontros com aliados e não podem perder a oportunidade de aproveitar esse momento, e que entrem em acordo sobre que dia e hora poderão discutir os outros assuntos.

Saulo Feitosa/CIMI, afirmou que para ele já estava claro que essa questão de terra já estava na pauta; devem decidir estratégia para tratar sobre a questão da Polícia Federal, pois este é um assunto que não podem deixar de tratar, e a questão da terra é uma preocupação que foi levantada pelo próprio ministro na última reunião.



Portanto, a criminalização e atuação da Polícia Federal não podem deixar de ser tratadas.

O presidente afirmou que havia sido acertado de se discutir os demais pontos no dia de ontem, entretanto a reunião não aconteceu devido a dificuldades de ambas as partes, tanto da bancada indígena como da Funai.

Já tratando da pauta, foi convidado a fazer uso da palavra o chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, Flávio Croce Caetano, que se dirigiu à plenária explicando inicialmente que o ministro teve de se ausentar a fim de receber uma medalha em cerimônia realizada pelo Ministério da Defesa. Concorda com Dourado no sentido de que há motivos para comemorar, têm muito orgulho de ter a questão indígena no Ministério - a Funai; têm uma assessoria indígena; criaram uma Secretaria de Articulação Social, e a idéia é que se aproxime dos povos indígenas. A notícia que quer dar é que este é um momento de participação e de aproximação; há avanços, mas também há problemas a tratar, é papel do Ministério adequar a polícia para atuar junto aos povos indígenas – ainda que colocando a Força Nacional para atuar junto com os povos indígenas – tratar da questão da população carcerária, inclusive envolvendo o Conselho Nacional de Justiça, e ajudar também no andamento da questão do Estatuto e do Conselho.

Este é um momento favorável, há um parlamento mais favorável, um ministro que veio do Congresso, e devem saber que tinham e têm hoje um ministro muito acessível para tratar da questão indígena, e vão trabalhar juntos para que a situação possa melhorar. Que tratem dos temas previstos para hoje e continuem a se encontrar para discutir os outros assuntos, que foquem no Estatuto e na PNGATI e quando o ministro chegar vai também tratar desses assuntos.



Discussão sobre a estratégia para encaminhamento do Estatuto dos povos indígenas

Guilherme Alberto Almeida, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, foi convidado a falar sobre a situação do Estatuto, ao que informou que inicialmente iria retomar o que foi discutido na reunião anterior e as indicações que foram definidas naquela ocasião. Assim, afirmou que há projeto de lei que tramita há 20 anos no Congresso Nacional, ficou parado um bom tempo devido a um requerimento feito no início dos anos 90, após o que foi discutida e concluída proposta por iniciativa da CNPI, deliberando-se pelo seu encaminhamento ao Congresso. Um projeto de lei precisa ser encaminhado por deputado, comissão ou pelo presidente da República, portanto a entrega que foi feita teve força simbólica, mas ainda não está formalmente tramitando no Congresso. O PL poderia entrar no Congresso como projeto de iniciativa do poder Executivo, o que acrescentaria à sua força, prerrogativa, sendo reconhecido como de interesse do governo, portanto com identificação clara de apoio; podendo ainda ser apresentado por deputado ou por comissão.

O que discutiram foi a importância e valor de ser encaminhado como projeto do Executivo, o que não é novidade, pois em 2008 ou 2009 o então secretário da SAL, Pedro Abramovay, explicou justamente a importância e o valor que teria, tramitando mais rápido, se fosse encaminhado pelo Executivo. Isso não aconteceria automaticamente e poderia abrir novamente algumas discussões, pois representa a vontade não só de um, mas de vários ministérios, e ao submeter o projeto à análise de outros ministérios e da presidente poderá ser alterado, para ser encaminhado como sendo de iniciativa da Presidência. Portanto, ao se abrir a discussão, a desvantagem é que a isso pode resultar em mudanças, e a vantagem é o processo ser mais célere.

Concluindo, o representante da SAL afirmou que a alternativa seria buscar que um parlamentar apresentasse o projeto. A vantagem disso é que a tramitação seria mais célere; a desvantagem é não demonstrar que se trata de uma política que representa o governo, a força de ser uma política de governo.



Com a palavra, Jecinaldo Barbosa louvou a Funai pela demarcação da Terra Indígena Guanabara. Quanto ao Estatuto, avalia que há dois pontos que vêm travando a sua discussão: um do lado indígena e outro do não indígena. Há questões que precisam ser melhor arrumadas internamente na questão indígena – como por exemplo o tema dos recursos naturais, mineração e tutela, que são complexos e polêmicos. Os seminários feitos por iniciativa da CNPI apontaram isso claramente e precisam avançar; foram importantes para identificar os gargalos dentro da relação do Estatuto com os povos indígenas. Sugere que possam avançar nessa questão, sem esperar unanimidade, mas ficando minimamente claro para a população que os povos indígenas são culturas diferentes e que se trata de uma lei aprovada pelo Congresso.

Propõe que possam avançar nesses pontos, realizar reuniões estratégicas nas comunidades e aldeias onde há esse problema. Citando o caso dos povos do Xingu, entre os quais há dúvidas sobre a questão da tutela; quanto à mineração, há a separação de posições, dando exemplo de Davi Yanomami, em contraposição à posição do Rio Negro, onde já houve bastante discussão. Portanto precisam avançar na discussão sem esperar pela bancada ruralista para explorar essas fragilidades. Considera ser importante que o Executivo apresente a proposta, pois tem o apoio da bancada do governo, ressaltando porém que nos debates do Executivo deve ser garantida a participação indígena, e que a proposta seja apresentada pelo Executivo para chegar com força ao Congresso Nacional.

Sandro Tuxá afirmou que, primeiramente, gostaria de informar sobre a instalação da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, hoje, às 16 horas, sugerindo que se forme uma comissão para ir à solenidade, promovida pelo deputado Saguas Moraes, do PT do Mato Grosso. Prosseguindo, frisou que a proposta do Estatuto não é só da CNPI, foi discutida nos seminários, no Acampamento Terra Livre, com a bancada governamental, e por isso merece toda a atenção, pois foi discutida detalhadamente. Sugere ainda que a assessoria indígena faça uma síntese do histórico da



tramitação, fazendo apanhado do que vem sendo discutido, esclarecendo como devem encaminhar o assunto.

O presidente falou a seguir, declarando que considera ser sua obrigação enquanto presidente da CNPI informar a todos: esse processo foi iniciado em 2008, coordenado pela Subcomissão de Assuntos Legislativos da CNPI, coordenado por Saulo Feitosa e por representantes indígenas, sendo importante resgatar que esse foi um extremamente participativo, foram realizados 10 seminários em todas as regiões do país e todos os temas polêmicos foram discutidos, inclusive os mencionados por Jecinaldo. Toda a conclusão dos trabalhos convergiu para o entendimento no âmbito da plenária e foi respaldado pelo Acampamento Terra Livre de 2009. Lembra que houve entendimento da CNPI, sobretudo quanto à mineração, de que houve aprovação item por item de cada ponto, e a proposta foi construída para contemplar tanto as posições de pessoas como Davi Yanomami quanto outras, no sentido de que *podéria* haver a exploração mineral – portanto permite-se ou não a exploração, a depender da anuência da comunidade.

Isso também ocorreu com relação ao tema tutela, e na ocasião foi colocado de maneira clara pela Dra. Deborah que essa questão estava superada pela Constituição de 1988, e portanto o Estatuto nem deveria abordá-la. Com a palavra, Deborah afirmou que está perplexa, pois esta proposta é o resultado da construção coletiva mais exemplar de que teve notícia nos últimos tempos, houve a participação indígena desde a base até a CNPI, onde estão representados indígenas e governo.

O presidente retomou a fala explicando que a pauta da CNPI não se refere ao conteúdo, mas justamente à estratégia para que esse tema possa ser pautado pelo Congresso, onde sabem que há forças políticas que vão divergir da proposta. Estão presentes para discutir estratégias. O que o Ministério da Justiça trouxe como contribuição à CNPI foi a proposição de que o Executivo assumisse a tarefa de apresentar a proposta como sendo do Executivo. Lembra que Paulo Guimarães trouxe



considerações, à época em que Pedro Abramovay fez essa mesma proposta, que são importantes. Devem, portanto, concentrar-se nessa questão, considerando que há um novo Congresso, um novo governo, e um novo alinhamento de forças.

Saulo Feitosa – CIMI, destacou que nas oficinas e posteriormente foram evitadas as votações, buscando-se o consenso. De fato, assumiram dois compromissos – de explicar o texto para os Kayapó, não mais discutir, mas explicar, e para os Xavante, e isso não ainda foi cumprido. Não seria reabrir a discussão, mas discutir pontos que acham complicados. Sobre o que Guilherme levanta, já dialogou com ele em duas situações, e considera que é importante ficar claro que estão pensando em redefinir a estratégia e não reiniciar todo o processo. Lembra que, quando foi feita a votação do recurso, a preocupação é que se sinalizou que a votação seria feita em regime de urgência, o que não daria a possibilidade de intervir, mas já haviam pensado desde o começo na formação de uma comissão especial. Entendiam que apresentar um novo projeto de lei seria recomeçar a tramitação, apensando-se o novo PL ao já existente, voltando a tramitação. Lembra que 12 ministérios discutiram o projeto, as questões e divergências foram postas, questionando portanto a idéia de se recomeçar isso novamente.

Complementando, frisou que o fato de ser apresentado pelo Executivo não garante que o projeto terá prioridade, citando o caso do projeto de mineração, em que prevaleceu o projeto 1610, ou seja, não decorre que, ao ser apresentado pelo governo, passe a ser o projeto discutido.

Francisca Pareci destacou a preocupação com os pontos divergentes, pois os representantes indígenas da CNPI são frequentemente acusados de decidirem esses temas por si próprios; há questões em que há dúvidas e é justo que se discutam esses pontos. Sendo que a própria situação pela qual a Funai está passando e pontos em que as políticas não conseguem avançar justificam esse problema. Assim, solicita que Guilherme esclareça bem o assunto, para que possa ficar registrado e possam divulgar e



informar os povos indígenas de forma correta, pois ao ser discutida e entregue a nova proposta de Estatuto ficou a expectativa de que o projeto seria aprovado em breve e até agora não avançou. Destacando ainda a importância de trabalharem e pactuarem junto à Frente Parlamentar a necessidade de receberem o apoio do Congresso; a depender do número de integrantes vão ter condições de sentir o apoio que será dado ao projeto.

Marcos Xucuru afirmou que há dois entendimentos, por um lado que se dê andamento ao projeto via Executivo, e por outro o da bancada indigenista, de se manterem no caminho já definido anteriormente, conforme orientação de Paulo Guimarães. Considera que muitos dos pontos colocados já foram superados, como aqueles relacionados ao conteúdo, solicitando que Paulo dê as explicações jurídicas sobre esse tema.

Paulo Guimarães cumprimentou a todos e destacou a honra de ter sido convocado para contribuir nesse debate. Observa ser fundamental que se compreenda a estratégia adotada pelo movimento indígena na compreensão da matéria, como tramitou e tramita e as possibilidades regimentais. Nesse sentido, fez resumo da tramitação até a década de 1990, após o que uma mobilização inédita fez com que o recurso fosse aprovado; o primeiro governo do presidente Lula não enfrentou essa matéria; no segundo governo, diante da demanda de que a Comissão fosse instalada, houve a situação da discussão sobre a mineração, condicionada pela CNPI de que fosse feita no âmbito da discussão do Estatuto, levando à realização das oficinas e tudo mais.

Desde o início a questão era entender a razão da retomada desse assunto pelos povos indígenas, até porque alguns temas presentes no Substitutivo já eram considerados pelo próprio movimento indígena como superados. A retomada consistia em superar o recurso, ao ser aprovado, e ao final, num ato simbólico por parte do presidente da Câmara e ministro da Justiça, mostrava-se que o esforço superava determinada fase de deliberação, e o que queriam era a retomada da tramitação.



Aprovado o recurso, retoma-se a tramitação, com a inclusão da matéria na Ordem do Dia, oportunidade na qual o presidente do Congresso à época, Michel Temer afirmou que, tendo em vista as outras matérias em discussão e o avanço do processo eleitoral, o Estatuto seria uma questão controvertida politicamente. O próprio presidente Lula, na última reunião da CNPI, observou essa cautela, concordou com a retomada, mas destacou as dificuldades de se obter apoio do Congresso. Portanto, o projeto não foi incluído na ordem política considerando o momento político, deixando para ser enfrentada num novo Congresso.

Uma vez que foi incluído na Ordem do Dia, agora já está definido o prazo de 2 sessões para discussão e para emendas de plenário. Todas as alterações serão apresentadas na forma de emendas de plenária, na forma de uma emenda substitutiva global ou de várias emendas. Cumprimenta o Ministério pelo esforço de retomar, pois se trata de retomar a tramitação de um projeto que já está tramitando. Ninguém pode achar que não haverá reação contrária, mas devem ter claro que as sugestões apresentadas pelo movimento indígena apresentadas pela CNPI não se apresentam apenas na forma de um projeto de governo, de um deputado etc., mas sim estão sendo apresentadas emendas a um projeto que já está tramitando. O fato de se apresentar um novo projeto pelo Executivo não significa que o outro seja paralisado, haverá dois projetos tramitando.

Ou vai tramitar por várias comissões de mérito ou vai ser criada uma comissão especial. O problema de ser tratada em caráter de urgência é que todas as questões serão discutidas no plenário, e isso torna mais difícil a discussão. É importante que o movimento indígena tenha interlocução, daí o interesse em que seja formada uma comissão especial, o que vai resultar em uma deliberação e em um substitutivo, e não podem achar que a proposta da CNPI sairá intacta, porém, poderão recorrer ao plenário caso sejam contrárias aos povos indígenas, da mesma forma que aqueles contrários às posições defendidas pelos povos indígenas também poderão recorrer.



Parece contraproducente, mas regimentalmente é possível apresentar projeto de lei, como foi feito por Romero Jucá no Senado com relação ao projeto de mineração, e que está travado na Câmara até hoje. Quer demonstrar que, na percepção que têm, o que importa é que deve ser demonstrada a mobilização da base para que seja colocado na ordem do dia, para que as propostas sejam colocadas como emendas de plenário e se constitua comissão especial para emitir parecer sobre essas emendas, e que resulte num substitutivo. Reitera que a costura do Ministério da Justiça de se colocar no diálogo com o movimento sobre a tática demonstra algo positivo quanto a sua disposição política de enfrentar isso. Estão cientes de que não sairá resultado sem um amplo acordo com as forças políticas e econômicas, pois seis dos doze principais temas envolvem questões econômicas, interesses políticos de forças econômicas expressivas do país.

É preciso viabilizar espaço no Congresso, que já tem seus espaços de enfrentamento, e que as forças do governo possam também dar apoio à proposta; o diálogo deve ser feito no Congresso. O entendimento feito com relação à mineração tem dado resultado, pois o debate vai ser feito no Congresso, lembrando que o ministério responsável pelo tema não deu apoio à proposta do Estatuto, até porque se recusou a discutir o tema, e portanto cabe que seja dada a contribuição no sentido de demonstrarem qual o texto que aprovam, qual a posição que defendem, para que se possa enfrentar o tema no Congresso. Sabe-se que os parlamentares no Congresso vão ouvir o ministro da pasta responsável.

Refletem, portanto, que o fundamental é o governo sinalizar à sua diretriz política, à sua base, o que quer; que trabalhem juntos para que a comissão seja formada por parlamentares que, embora defendendo suas posições, se abram ao diálogo. Lembrando que Eduardo Valverde admitiu ser relator da comissão para evitar um mal maior, e o governo, já avançando na sua concepção da matéria, posicionou-se sobre o que queria, e a matéria foi paralisada porque não havia consenso. A questão da mineração demonstra que o grande enfrentamento vai se dar no Congresso; e o próprio



movimento indígena tem o desafio histórico de se manter coeso e mobilizado, caso contrário o resultado pode ser pior do que o atual.

A grande vantagem de pegar a tramitação do PL 2057 é que a matéria já está avançada, vão discutir os pontos específicos, e assim já enfrentando as forças políticas que estão tanto na Câmara como no Senado. Se de antemão já ouvirem as duas lideranças, o que se aprovar na Câmara poderá ser rapidamente aprovado no Senado e ir a sanção, lembrando a importância disso, considerando que 2012 é ano de eleição.

Concluindo e aproveitando o retorno do ministro da Justiça, que neste momento se sentava à mesa, Paulo Guimarães resumiu a posição que vinha defendendo: entendem que é importante aproveitar a tramitação do PL 2057, que teve recurso aprovado na legislatura passada e foi encaminhado pelo presidente da Câmara; contando com a sensibilidade da bancada governamental e com o apoio da bancada do governo para ser colocado como ordem do dia, apresentadas emendas, constituída nova comissão para emitir parecer, articulariam um novo substitutivo para ser considerado no plenário, seguindo para aprovação do Senado e sanção da presidência da República. O fato histórico do governo seria a sanção do presidente da República, o que não foi feito no governo passado devido às forças políticas daquele momento.

Abrindo a palavra para que os representantes indígenas se manifestassem sobre o tema, Toya Manchinery apoiou a posição de Paulo Guimarães, enquanto que Marcos Apurinã solicitou que o governo revele qual a sua posição. Deborah Duprat agradeceu ao ministro por esse gesto simbólico de, no início do governo ouvir a Comissão, o que afirmou ser muito positivo.

Paulo Maldos/Secretaria da Presidência, afirmou que há informações nesse início de legislatura de que há vários segmentos se mobilizando para encaminhar suas demandas ao Congresso, e o movimento indígena deve ficar atento e construir alianças para também se fazer ouvir. Devem observar se o Congresso deve representar minorias ou a maioria dos interesses do país, os negros, indígenas, nesse país



caracterizado pela extrema diversidade cultural. Deve ser colocado como tática o questionamento de a quem cabe o Congresso representar.

Guilherme Almeida/SAL declarou que reconhece a importância do que foi desenvolvido em termos de articulação para retirar o recurso visando a que projeto prosperasse. A ideia de o PL ser apresentado pelo Executivo é também nesse mesmo sentido, de que seja célere, tenha apoio do governo e não seja fatiado no Congresso, portanto a maioria dos objetivos das duas estratégias são os mesmos.

Proposta de encaminhamento do ministro da Justiça sobre o Estatuto dos povos indígenas

O ministro falou a seguir, cumprimentando a todos os presentes e desculpando-se pela ausência, informando ainda que esteve presente no início da reunião, quando a maioria dos representantes indígenas ainda não havia chegado, e não foi possível ficar no meio, mas agora está de volta à discussão.

Prosseguindo, afirmou que concorda com a posição defendida por Paulo Guimarães, no sentido de que devem aproveitar o projeto que está no Congresso Nacional, pois já há o Substitutivo que foi costurado e devem aproveitá-lo, ao invés de iniciar a tramitação de um novo projeto. Devem fazer com que o governo entre na questão, iniciando com uma conversa com a Casa Civil a fim de ver as sugestões que tem para o projeto e para que seja consensuado no governo. Quando houver o consenso, propõe-se a acompanhar os índios numa reunião com o presidente do Congresso Nacional, ocasião em que seria marcada reunião com os líderes dos partidos para apresentar e expor a importância do projeto e com isso ver quem apóia e quais as resistências, verificar se são corretas ou não e negociar.

Portanto, a **proposta de encaminhamento apresentada pelo ministro** é que: 1) devem aproveitar o projeto que já está no Congresso Nacional; 2) a partir do projeto que já existe, devem tentar conseguir a concordância do governo, azeitar a



proposta, acertar o texto com a Casa Civil; 3) compromete-se a ir junto com os representantes indígenas fazer uma visita ao presidente da Câmara dos Deputados, oportunidade na qual deverão marcar reunião com os líderes dos partidos, ver onde estão os problemas, e como negociar os pontos em que não há acordo.

Considerações quanto à proposta de encaminhamento apresentada pelo ministro da Justiça

Francisca Pareci afirmou que se sente contemplada com a proposta do ministro, reforçando a importância da reunião que acontecerá à tarde, no Congresso Nacional, para criação da Frente Parlamentar Indígena.

Brasílio Priprá parabenizou o ministro pela assinatura das portarias declaratórias, solicitando que no próximo ano não sejam somente essas e sim várias outras portarias; e ainda que a Presidenta tenha muito carinho para com o projeto do Estatuto, que contou com a participação indígena em todo o processo de discussão.

Sandro Tuxá agradeceu o ministro pela iniciativa de receber os indígenas, inclusive com a participação dos representantes do movimento indígena; ressalta que há problemas sérios em sua região [Nordeste], solicitando que possam ser destravadas providências para enfrentar esses problemas. Solicita que o ministro possa agendar um dia para discutir esses e outros encaminhamentos no Acampamento Terra Livre, que vai acontecer entre os dias 02 e 05 de maio de 2011.

Anastácio Peralta agradeceu pela assinatura das portarias, afirmando que os Guarany podem não ter muito apoio moral, mas têm suas culturas, e isso vale muito. Pede que haja empenho na aprovação do Estatuto, que dá rumo à questão indígena no país e tem uma grande importância, pois trata de diversos temas da maior importância para os povos indígenas, destacando a importância dessas culturas para o Brasil. Sabem que há vários parlamentares que não aceitam os índios como fazendo parte do progresso, ao que questionou o que é o progresso. Com o governo Lula houve abertura para



tratarem de diversos temas e agora devem trabalhar para que o Congresso também mude sua forma de pensar. O Brasil é um país jovem se comparado com os países da Europa e tem muito o que aprender.

Paulo Guimarães afirmou que a posição do ministro abre a possibilidade de, na reunião de líderes, apurar-se a dimensão das divergências, as quais se forem superadas podem levar o projeto ao Congresso, e o caminho da comissão especial é uma alternativa que se coloca.

O presidente Márcio agradeceu ao ministro em nome da equipe da Funai, ressaltando a importância da assinatura das portarias declaratórias das 3 terras indígenas, que são pequenas em termos de extensão, mas tem importância tão grande como outras terras, como por exemplo a Raposa Serra do Sol. Ao assinar essas portarias, garante-se o direito de povos que foram aviltados e são vítimas de disputa que gera extrema violência na região, especialmente os índios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outras regiões do Sul do país, que sabem o quanto isso custou.

Com isso, considera que o ministro demonstrou claramente de que lado está, que é o da garantia aos povos indígenas do direito a suas terras. Inclusive a TI Piaçaguera foi fruto de exaustivo trabalho de técnicos, e por três vezes foram obrigados a repetir o trabalho para que hoje a portaria fosse assinada. Foi um trabalho duro e agradece em nome não só da bancada indígena como também do governo, até mesmo porque as 3 terras estão localizadas fora da Amazônia, onde a dificuldade é maior de se garantir o território dos povos indígenas.



Conselho Nacional de Política Indigenista

O presidente Márcio Meira iniciou a discussão do tema apresentando um breve histórico do assunto, afirmando que no governo passado retomaram antiga reivindicação de que fosse criada a Comissão Nacional de Política Indigenista, e no segundo governo Lula ele próprio colocou como condição para assumir o cargo de presidente da Funai que fosse de fato instituída a Comissão. Esta teve como uma das tarefas a elaboração do projeto de lei criando o Conselho Nacional de Política Indigenista, considerando que querem um conselho, que seja permanente, uma vez que a CNPI é transitória.

O projeto de lei já tramitou em 2 comissões do Congresso e na reunião realizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que contou com a participação do presidente Lula, apontaram a necessidade de seu apoio para que o projeto avançasse. Diante do que o presidente determinou que fizessem ação política no Congresso, determinando ao líder do Senado que agilizasse a sua aprovação. Com esse propósito, em 2010, o senador incluiu no ano passado a proposta de criação do Conselho em uma medida provisória que se encontra em vias de ser votada, a qual foi aprovada no Senado, mas que quando chegou à Câmara, devido à incompreensão por parte de um segmento indígena presente no Congresso naquela ocasião, e que se manifestou contra, somada à ação dos adversários da questão indígena, a parte que dizia respeito ao Conselho foi retirada e a criação do conselho não foi aprovada.

Apesar desse revés, não perderam a força e na mesma ocasião uma equipe de representantes indígenas e da Funai foi ao Congresso, esclarecendo que governo e movimento indígena estavam juntos nessa causa, e o tema foi retomado, no contexto da mesma mobilização que resultou na criação da Sesai. Agora é importante que o Ministério da Justiça e o governo como um todo possam auxiliar a CNPI e o movimento indígena para que o projeto seja aprovado ainda este ano.



Uilton Tuxá concordou com as propostas anteriores apresentadas pelo ministro, afirmando a expectativa de que sejam um compromisso com o tema, bem como com os temas que interessam aos povos indígenas. No entanto, gostaria de trazer ao conhecimento do ministro que há outros problemas que merecem atenção, o que está sendo proposto vai trazer melhorias, mas precisam trabalhar na melhoria dos territórios indígenas, frisando que o Ministério da Justiça tem dois órgãos que atuam diretamente nas terras indígenas – Funai e Polícia Federal, a primeira atuando na garantia dos territórios e no bem-estar das populações que vivem neles.

Porém, prosseguiu Uilton Tuxá, a Polícia Federal tem tido papel contrário a esse, pois não é mais o fazendeiro ou pistoleiro que agride os povos indígenas na base, e sim a Polícia Federal. Diante disso, pede que o ministro se comprometa a pensar alternativas para lidar com esse problema; não agüentam mais ser perseguidos e marginalizados. Não são bandidos ou terroristas. Propõe ainda que sejam definidas metas em termos da demarcação dos territórios indígenas, luta que está gerando sérios conflitos na base. Que se comprometa a lidar com essas questões.

A procuradora da 6ª Câmara do MPF, Déborah Duprat, afirmou que já está há muito tempo na questão indígena, já esteve com 5 ministros conversando sobre esse assunto, e precisam de fato enfrentar essa questão. A Polícia Federal atua como polícia judiciária e é nesses pontos em que está o problema; precisam pensar em estratégia de enfrentamento dessas questões.

Francisca Pareci afirmou que a Comissão tem uma missão e o Conselho tem outra; este terá maior amplitude de atribuições em termos da definição de políticas, ainda que não tenham como resolver todos os problemas afetos à questão indígena. Isso dito, Francisca dirigiu-se ao ministro afirmando que sua região tem muitas terras cuja regularização fundiária ainda não está resolvida, solicitando que o ministro intervenha no sentido de garantir que até o final do governo da presidente Dilma estejam todas demarcadas. Entre as terras que precisam de definição: Portal do Encantado, Baía dos



Guató, Estação Parecis, Ponte de Pedra, Lagoa dos Britos, Teresa Cristina Boca do Jacaré, Vale do Guaporé, entre outras. Concluindo, afirmou que a esperança se renova a partir do momento em que o ministro abre o diálogo e se dispõe a acompanhá-los no Congresso Nacional.

Marcos Xucuru falou a seguir, afirmando a satisfação de estar presente nesta discussão e ainda sobre o encaminhamento proposto para a questão do Estatuto dos Povos Indígenas. Quanto ao Conselho, propõe como encaminhamento que, do mesmo modo que vão fazer visita, juntamente com o ministro da Justiça, aos líderes de bancada, que possam na mesma ocasião conversar sobre o Conselho. Acredita que o projeto deve ir a plenário e que tenham entendimento, de forma que, ao chegar lá, não haja entraves ao processo. Solicita que se defina a data para essa ida ao Congresso, a fim de que possam tentar avançar o quanto antes nesse processo, enfim, que se articulem ainda em 2011 com o Congresso Nacional.

Outro ponto que gostaria de discutir com o ministro seria com respeito à criminalização das lideranças indígenas, como é o caso do que acontece em Pernambuco, afirmando que em sua terra há mais de 40 pessoas sofrendo esse tipo de perseguição, 31 das quais já estão condenadas, numa grande articulação dos latifundiários para esse movimento. Citando o seu caso pessoal, informou que teve o pai assassinado, sofreu atentado e pode ser preso a qualquer momento. Preocupa-se com a atuação da Polícia Federal e tem inclusive receio de se manifestar, pois isso agrava a perseguição, portanto, estão sendo calados, sem ter sequer o direito de se posicionar e falar dessas questões, citando como exemplo a situação vivida por Glicéria Tupinambá, que ao retornar de uma reunião da CNPI em que se tratou desse assunto, foi presa. Essa discussão já foi feita na CNPI e o Estado brasileiro precisa tomar posição sobre essas questões, caso contrário as lideranças serão caladas; várias pessoas já foram mortas e continuam na mesma situação.



Jecinaldo Barbosa falou a seguir, solicitando ao ministro que o mesmo empenho dado ao Estatuto seja também direcionado para a aprovação da criação do Conselho, que permitirá a participação direta dos povos indígenas nas políticas públicas e no controle social das ações do governo. O Ministério da Justiça precisaria ainda atuar diretamente na gestão das políticas voltadas para os povos indígenas. Além disso, gostaria de reforçar e acrescentar uma questão importante: na reunião passada, o ministro disse que estava retornando da Bolívia, onde discutiu o combate ao narcotráfico nas fronteiras, e acredita que os índios devem participar desse debate. Os índios estão sofrendo críticas e acusados de estar criando uma força paramilitar devido ao fato de estarem criando forças de segurança para combater o narcotráfico e alcoolismo nas terras indígenas. No entanto, são brasileiros e não podem aceitar que pessoas estranhas entrem nas terras indígenas e matem os jovens, como tem acontecido atualmente.

Romancil Kretã destacou a importância da assinatura das portarias; acredita muito no governo novo que está se iniciando, já discutiram por dois governos e agora precisam executar, definir metas para a desintrusão das terras indígenas, e que através do presidente iniciem diálogo para fazer visita ao Superior Tribunal Federal, onde estão parados vários processos de demarcação, propondo que possam visita ministro a ministro, levando materiais sobre as terras. Faz pedido especial pela demarcação do território Xetá.

Simone Karipuna parabenizou a atuação da Polícia Federal em sua região, que tem forte atuação em temas como a saúde, segurança e outros. Expressou preocupação com as terras indígenas em região de fronteira e solicitou apoio com relação ao direito de ir e vir, no que se refere à homologação das pistas de pouso em seu estado, pois sem isso enfrentam muitos problemas quanto ao acesso a políticas públicas, solicitando gestão do ministro junto ao ministério responsável pelo assunto.



Propostas de encaminhamento do ministro da Justiça

A respeito da **criação do Conselho Nacional de Política indigenista**, o ministro afirmou que podem adotar postura semelhante ao que definiram para o Estatuto – que na reunião na Casa Civil tratem também do Conselho, procurem negociar os pontos em que há divergência, destacando que, para se aprovar um projeto de lei, é preciso ter a sensibilidade para negociar. Portanto, devem primeiro ir à Casa Civil, depois ir ao Congresso negociar.

Quanto à **atuação da Política Federal junto aos povos indígenas**, afirmou que a procuradora Deborah Duprat falou bem, e que nenhuma instituição fica livre de preconceitos e abuso de poder, pois isso ocorre com qualquer órgão. Porém isso não representa que devam ser complacentes. Nesse sentido, afirmou que vai fazer reunião, que deverá contar com a participação da Funai, do Ministério Público Federal, do diretor da Polícia Federal e também da bancada indígena da CNPI [por sugestão do presidente Márcio ficou definido que a participação se dará por meio da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania], alguém da Assessoria da Presidência da República. A reunião terá como objetivo verificar o que está acontecendo em cada situação e tomar medidas cabíveis contra os abusos.

Prosseguindo, o ministro afirmou que vão encaminhar quaisquer outras providências relacionadas aos temas que foram tratados, como a questão das pistas de pouso, sobre o que vai ver o que é possível resolver. Quanto à questão do **narcotráfico em região de fronteiras**, o ministro afirmou que considera fundamental a participação indígena, informando que a presidenta pediu que trabalhem fortemente com a questão das fronteiras, face ao que o Ministério da Justiça, em conjunto com o Ministério da Defesa, sem o qual não consegue trabalhar, vão trabalhar num Plano de Fronteiras, em um sistema bem integrado que será construído. Acredita que os povos indígenas podem ter papel muito importante nisso, o narcotráfico utiliza os índios, há notícias de que são



usados para transportar drogas na Amazônia, e isso é muito sério, porque compromete a comunidade e o país.

Estão querendo desenvolver trabalho para que as comunidades integrem esse programa, pois são os que melhor conhecem o território, atuam onde os equipamentos não detectam, e se fizerem um trabalho bem feito até mesmo os que são contra a demarcação das terras indígenas vão ver a importância de que estejam lá. Tudo vai passar pela CNPI, a idéia é desenvolver projeto conjunto, para que se respeitem as comunidades e se possa chegar a um acordo.

Afirmando a total disposição e empenho com relação a esses temas, o ministro reafirmou os **encaminhamentos propostos na reunião:**

- Quanto ao Estatuto dos povos indígenas e à criação do Conselho – a estratégia é manterem diálogo com a Casa Civil, buscando o consenso no âmbito do governo; fazer visita ao presidente do Congresso Nacional para apresentação dos projetos; apresentação dos projetos aos líderes dos partidos.
- Atuação da Polícia Federal – fica marcada reunião com os órgãos e partes envolvidas.
- Plano de fronteiras – a Funai está trabalhando com a Senasp e assim que o plano estiver pronto deverá apresentá-lo à plenária.

Encaminhando-se para o final da reunião, os representantes indígenas solicitaram espaço para a leitura de um documento da APIB endereçado à presidente da República e sua entrega ao ministro, o qual segue transcrito abaixo:



CARTA PÚBLICA

**A Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil**

APIB reivindica celeridade nas ações do Governo Dilma voltadas a garantir os Direitos Indígenas

Nós, dirigentes e lideranças indígenas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), reunidos na 5ª. reunião ordinária do Fórum Nacional de Lideranças Indígenas (FNLI), instância deliberativa de nossa organização, preocupados com a manutenção do quadro de desrespeito e violação aos direitos dos nossos povos, e cientes da nossa responsabilidade de zelar por esses direitos, viemos por meio desta apresentar à vossa excelência as seguintes manifestações.

O Estado Brasileiro durante o mandato do Governo Lula não atendeu a contento as demandas e perspectivas do movimento indígena, permitindo que as políticas voltadas aos nossos povos continuem precárias ou nulas, ameaçando a nossa continuidade física e cultural.

Diante deste quadro, reivindicamos de seu Governo o atendimento das seguintes reivindicações:

1. Que o presidente da Câmara dos Deputados inclua na ordem do dia o PL 2057/91 e crie a Comissão Especial para analisar o PL 2057/91, para permitir a discussão e apresentação de emendas, considerando as propostas dos nossos povos e organizações, visando à aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas. Dessa forma, todas as questões de interesse dos nossos povos serão tratadas dentro desta proposta, evitando ser retalhadas por meio de distintas iniciativas legislativas que buscam reverter os avanços assegurados pela Constituição Federal de 1988.

2. Que o Governo redobre esforços na tramitação e aprovação do Projeto de Lei 3.571/2008, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância deliberativa, normativa e articuladora de todas as políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de Governo.

3. Que Governo da Presidente Dilma agilize a assinatura do Decreto de criação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), e a sua devida implementação, para assegurar as condições de sustentabilidade dos nossos povos e de proteção dos nossos territórios.

4. Que o Executivo, por meio do órgão responsável, a Funai, cumpra com máxima celeridade a sua obrigação de regularizar, proteger e desintrusar todas as terras indígenas priorizando com urgência os casos críticos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, principalmente os Guarani Kaiowá; dos povos indígenas do sul e extremo sul da Bahia; dos povos do sul do Brasil, especialmente o Povo Xetá e do Povo Tembé, na terra indígena Guamá, no estado do Pará. Que o governo garanta ainda a permanência de povos indígenas em áreas instituídas como áreas de proteção permanente, uma vez que a forma de ocupação tradicional dos nossos povos não conflita com esta figura jurídica. Ao contrário, a sobreposição é que na maioria das vezes violenta o direito originário dos nossos povos às terras que ocupam.



A agilidade na conclusão das distintas fases do procedimento de regularização é necessária para diminuir a crescente judicialização que vem retardando a efetividade das demarcações concluídas pelo Executivo, vulnerabilizando as comunidades frente à violência de grupos contrários ao reconhecimento das terras indígenas e à sua proteção pela União.

5. Que as lutas dos nossos povos pelos seus direitos territoriais não sejam criminalizadas, sendo eles perseguidos e criminalizados na maioria das vezes por agentes do poder público que deveriam exercer a função de proteger e zelar pelos direitos indígenas. Reivindicamos ainda que sejam punidos os mandantes e executores de crimes cometidos contra os nossos povos e comunidades.

6. Reivindicamos do governo uma reunião de trabalho entre os distintos ministérios envolvidos com a questão indígena com os dirigentes das nossas organizações regionais, que fazem parte da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), para tratar das diversas pendências que afetam os nossos povos.

7. Que o governo assegure a participação dos nossos povos e organizações no processo de elaboração do Plano Plurianual 2011-2014.

8. Que o Governo garanta os recursos financeiros suficientes para a implementação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a efetivação da autonomia política, financeira e administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's), com a participação plena e o controle social efetivo dos nossos povos e organizações nos distintos âmbitos, local e nacional, evitando a reprodução de práticas de corrupção, apadrinhamentos políticos, e o agravamento da situação de abandono e desassistência em que estão muitos povos e comunidades indígenas. Garantir, ainda, concurso público diferenciado e a capacitação de quadros indígenas para assumirem responsabilidades no atendimento à saúde indígena.

A demora na transição das responsabilidades da Funasa para a SESAI, em razão de interesses políticos partidários e corporativos, está gerando caos no atendimento básico e insegurança sobre a garantia do saneamento básico nas comunidades indígenas. O Governo da presidente Dilma deve tomar providências para que os órgãos competentes cumpram as suas responsabilidades institucionais em bem da saúde dos nossos povos.

09. Que a Funai garanta a participação das organizações e lideranças indígenas no processo de discussão dos ajustes ao Decreto da reestruturação, na formulação do regimento interno da Funai, na composição e localização das coordenações regionais e coordenações técnicas locais e em todo o processo de implementação e controle social deste processo.

Que os Seminários sobre a reestruturação não sejam simples repasses de informações ou de esclarecimentos, muito menos de anuência dos nossos povos às propostas da Funai, mas que possibilitem o levantamento das reais demandas para ajustar a reestruturação às realidades de cada povo ou região, devolvendo inclusive coordenações que foram extintas.

10. Que o Governo da Presidente Dilma garanta a aplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Constituição Federal, respeitando o direito dos nossos povos à consulta livre, prévia e informada, sobre os distintos assuntos que os afetam, tal como a implantação de grandes empreendimentos em suas terras (exemplo: hidrelétrica de Belo Monte, Hidrelétricas do Santo Antônio e Jirau, transposição do Rio São Francisco, Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs, possíveis usinas nucleares, portos e estradas), e que o governo reluta em “enfiar goela abaixo” ameaçando a continuidade e segurança física, psíquica e cultural dos nossos povos e comunidades.



11. Que o Ministério da Educação assegure a participação dos povos e organizações indígenas na implementação dos territórios etnoeducacionais e que cumpra as resoluções aprovadas pela I Conferência Nacional de Educação Indígena de 2009.

12. Que o Ministério da Cultura assegure as condições para que as nossas organizações e lideranças participem da formulação e implementação de ações e políticas que promovam a diversidade étnica e cultural dos nossos povos, no contexto do Fundo e Plano Nacional de Cultura.

13. Que o governo construa com a participação dos nossos povos e organizações um programa de proteção e segurança para povos indígenas nas faixas de fronteira, ameaçados por práticas ilícitas, que prejudicam principalmente jovens e crianças das comunidades.

14. Que o governo garanta o acesso dos nossos povos e comunidades às políticas de segurança alimentar e nutricional, assegurando o tratamento diferenciado, isto é, considerando a nossa especificidade étnica e cultural.

Brasília, 18 de abril de 2011.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Concluída a leitura, o ministro informou que precisaria se retirar, ao que agradeceu pela leitura e entrega do documento e afirmou que vários dos temas mencionados já foram já tratados. Quanto à PNGATI, declarou que vão articular a sua tramitação, sem prejuízo de eventuais intervenções para que venha a ser aprovado o quanto antes possível. Despedindo-se, afirmou que gostaria de estar presente em várias reuniões da CNPI, para que possa acompanhar vários desses assuntos.

Ainda quanto à PNGATI, o presidente Márcio informou que repassou as informações sobre o tema ao ministro, que colocou a SAL à disposição para que verifique a melhor forma de se dar encaminhamento a essa política, que também foi um dos importantes resultados obtidos pela CNPI.

Guilherme/SAL, explicou que uma proposta de decreto precisa ser assinada pelos ministérios envolvidos, então, ao chegar à Casa Civil, este órgão vai consultá-los, já há parecer do Ministério da Justiça nesse sentido, então seria importante que possam contar com o apoio da CNPI para fundamentar os debates quando a proposta chegar lá. Esse parecer ainda não foi discutido no ministério somente por uma questão



de agenda do ministro com o secretário, da parte da SAL está pronto, só faltam as assinaturas e os acertos políticos.

Maria Augusta/MJ, comprometeu-se a buscar a aceleração das conversas no âmbito do governo, junto à Casa Civil, que deve chamar os órgãos envolvidos para se manifestarem. Propôs-se, ainda, a marcar uma reunião com os ministérios envolvidos, junto com a SAVI, de forma que se fizesse uma conversa com os órgãos envolvidos, ao invés de se manifestarem cada um em um momento separado.

Paulo Maldos/Presidência da República, afirmou que a Secretaria tem também a atribuição de internalizar as questões que são do interesse do governo, colocando-se à disposição para ajudar a agilizar a questão da aprovação da PNGATI, quanto à harmonização das posições do governo a respeito desse tema.

Paulo Montejo pediu a palavra, declarando que a seu ver neste caso está havendo divergência de posição entre a SAL e o próprio ministro, assim como uma mudança de entendimento da gestão passada para essa quanto à PNGATI. Registra que o processo da PNGATI foi o mesmo do Estatuto – o governo mobilizou comunidades, fez gasto enorme de recursos, e a CNPI deu o pontapé inicial para a criação de um GT interministerial, 5 grandes consultas macro-regionais foram realizadas, e a oportunidade de os ministérios observarem os acordos e desacordos foi no GTI. Portanto está havendo problema de entendimento, e a reação dos povos indígenas foi muito negativas quando o projeto emperrou no MMA devido a divergências internas, especificamente no Instituto Chico Mendes, por medo de que com a política os povos indígenas viessem a reverter a instituição dos parques e também devido à questão das consultas prévias, livres e informadas.

O que o Ministério da Justiça deve fazer é se empenhar para que haja a tramitação rápida na Casa Civil, pois já houve a oportunidade de os ministérios se manifestarem. A procuradora Deborah Duprat complementou afirmando que a CNPI é



um órgão paritário justamente para que ambos os lados possam se manifestar em situações como essas.

Guilherme/SAL, afirmou que o que colocou é que toda a proposta normativa tem seu trâmite, tem suas regras internas, assim como uma proposição legislativa. Talvez tenha se expressado mal – o formato de encaminhamento de Decreto 4176 pressupõe justamente isso, que, sendo de mais de um órgão, é necessário parecer conjunto etc., há a necessidade de passar pela Casa Civil e chegar a um consenso. Os procedimentos são a regra do jogo, não há divergência, e sim trata-se apenas da forma de seguir, e a decisão final é da presidente, sem desconsiderar o papel da Comissão.

Maria Augusta/MJ, afirmou que o GT coloca justamente isso, que embora tenha havido a definição em termos de mérito há que se obedecer os procedimentos.

Jecinaldo Barbosa destacou o excesso de burocracia no processo e afirmou que de 2 a 5 de maio vão estar em grande número em Brasília e vão cobrar a aprovação da Política, afirmando que onde se necessitou de maior participação indígena eles o fizeram, agora cabe ao governo fazer a sua parte.

Saulo Feitosa/CIMI, pergunta se seria possível que fosse assinada a criação da política até o dia 5 de maio; informa ainda que ao longo da reunião recebeu vários telefonemas e se preocupa com o fato de que a Câmara está realizando sessão solene alusiva ao Dia do Índio e os temas discutidos são: formação de milícias, estupros coletivos de adolescentes indígenas e prática de infanticídio.

O presidente Márcio informou que receberam, na noite do dia anterior, a informação de que a bancada antiindígena iria levantar essas questões, inclusive a informação é que somente posteriormente a TV Câmara iria disponibilizar os vídeos que estão sendo apresentados na Câmara. Estavam falando justamente nisso, que devem ter muito cuidado sobre como encaminham as questões no Congresso, pois pode acabar sendo negativo.



Lindomar Xocó falou a seguir, convidando a todos para a reunião do Condisi, com o Ministro da Justiça, que se realizará na tarde deste dia 19 de abril.

Marcos Apurinã solicitou que as organizações indígenas, através da APIB, possam participar dos encaminhamentos que foram aprovados com relação à Polícia Federal, citando o caso dos Tikuna, que também vêm sofrendo com esse problema, tendo a proposta sido aprovada. Citou a necessidade de ser dado encaminhamento à questão da Terra Indígena Maraiwatsede, onde estão sendo verificados problemas da maior gravidade.

Finalmente, referiu-se à questão da hidrelétrica de Belo Monte, afirmando que os Kayapó declararam guerra contra a construção, a COIAB não pode se posicionar contra essa decisão, no entanto, é preciso que seja tomada uma posição com relação a esse tema, considerando que o desenvolvimento deve ser feito de forma a não prejudicar o acesso dos povos indígenas a um meio ambiente preservado. Com a destruição dos recursos naturais nas terras indígenas, a previsão é que ocorra uma batalha muito acirrada, então pede à Funai, ao presidente, que, da mesma forma como deram a mão com relação à reestruturação da Funai, que o presidente busque o consenso antes de assinar qualquer documento que aprove a construção de qualquer empreendimento dentro das terras indígenas, pedindo o apoio do presidente a qualquer documento, no âmbito nacional ou internacional, que vise à defesa dos direitos indígenas nesse sentido.

Com essa fala, e concluída a discussão da pauta, foi considerada encerrada a reunião de trabalho realizada no Ministério da Justiça, com a presença da bancada indígena, indigenista, do ministro da Justiça e convidados.

Brasília, 28 de abril de 2011.